



A vida trabalhada

Tema de inúmeras conversas triviais todos os dias, o trabalho é tratado com grande naturalidade. Porém, ele foi o motivo de alguns dos maiores conflitos do mundo nos últimos duzentos e poucos anos. Tamaña importância faz com que a influência da ocupação na vida dos indivíduos vá além do acesso a bens e serviços, vira também uma questão de identificação pessoal. Tudo isso igualmente vale para quem passa pelo desemprego, o que deixa a situação ainda pior do que os óbvios e graves problemas com dinheiro.

Reportagem e edição por Caio Spechoto

É muito difícil pensar em algo que mais gente tenha em comum do que o trabalho. A maioria das pessoas em um extenso período da vida, mesmo que não tenha um emprego fixo e longo ou pelo menos formalizado, exercerá alguma atividade econômica. Afinal, todo mundo precisa comer, vestir, morar, pagar as contas de necessidades que na sociedade contemporânea podem ir além das naturais e vão se multiplicando conforme as anteriores são saciadas com segurança.

Mesmo sendo um tema pertinente a tantas vidas e envolvendo tantos conflitos, nas inúmeras conversas sobre trabalho que acontecem constantemente ele costuma ser tratado como algo imutável, estático desde sempre. Talvez justamente por ser tão abrangente e existirem poucos exemplos que o tirem dessa naturalidade, o assunto é majoritariamente o que acontece dentro dessa dinâmica pré-estabelecida. “Levei uma bronca da minha chefe por atrasar cinco minutos, acredita?” “A gente precisa matar essas formigas que apareceram essa semana, elas estão acabando com a horta.” “Não enche o saco agora, trabalhei igual a um condenado o dia inteiro.” “Esse salário não está dando...” “Tenho duas entrevistas de emprego amanhã, torce por mim!”

Às vezes parece que é desse jeito há milênios, mas o trabalho por meio do emprego é algo que antepassados não muito distantes não conheceram. Essa dinâmica surgiu há pouco mais de duzentos, na revolução industrial. Antes, trabalhar estava muito mais relacionado à subsistência. As relações de trabalho na era anterior ao capitalismo, por exemplo, não eram entre patrões e empregados, mas de senhores e servos.

Mesmo após essa reviravolta as coisas continuaram mudando. Por exemplo:

apesar da atual tendência de liberalização e desregulamentação das relações trabalhistas um inglês médio hoje em dia tem boa renda e acesso a um serviço de saúde público extremamente qualificado.

Essa vida não lembra nem de longe o que foi a de seus conterrâneos no começo da era industrial. Quando, por lá, surgiram as primeiras indústrias do mundo, houve um remanejamento de terras por parte do Estado, para que mais propriedades fornecessem produtos necessários para a expansão industrial – mais notadamente lã para os novos teares movidos a vapor – e os camponeses se mudassem para as cidades, onde passaram a fazer jornadas de trabalho acima de 14 horas nas fábricas a troco de quase nada.

Estando no Brasil, com uma simples olhada à volta se vê que esse desenvolvimento teve diferenças de lugar para lugar. Mas a semelhança é que, independentemente de como os fatos se sucederam, daquela época até hoje houve feroz disputa entre diversas forças políticas em torno das relações com o trabalho. Assim, jornadas diminuíram, salários aumentaram, os ambientes de trabalho ficaram mais saudáveis ao longo dos anos.

Essas disputas, apesar de nunca terem deixado de existir, voltaram a ficar evidentes nos últimos meses. O governo daqui, mesmo comandado por um partido nascido do movimento sindical, apertou as normas de concessão do seguro desemprego e o Congresso votou pela liberação das terceirizações de todos os setores das empresas.

As decisões tomadas nesses processos ganham concretude nas condições de trabalho, na remuneração, na jornada. As próprias discussões em torno disso podem fazer com que os trabalhadores mudem suas formas de pensar em alguma

medida. Tudo isso, além das óbvias questões práticas, também gera desdobramentos mais subjetivos nos sujeitos. Se uma pessoa pergunta para outra “o que você é?”, a resposta costuma ser o nome de uma profissão.

Pudera. Com o tamanho da dedicação ao trabalho que a sociedade exige de seus integrantes, era de se esperar que os indivíduos organizassem suas vidas em torno dele. Assim, não gostar do próprio emprego pode se tornar uma experiência degradante. E o desemprego, além dos óbvios e extremamente preocupantes problemas que a falta de remuneração traz, ganha mais um traço negativo.

Com o funcionamento da sociedade fundado no pressuposto de que todo mundo precisa ter uma ocupação, a pessoa que não está em nenhum posto de trabalho fica socialmente deslegitimada.

Entende-se que quem não trabalha não faz sua parte, não cumpre sua função no mundo. Ainda, o indivíduo pode – muito por causa da pressão por qualificação e estar sintonia com o mercado de trabalho – associar a alguma característica pessoal ou física o fato de estar desempregado. Esquecer-se que, além dele, uma parcela considerável da população está na mesma.

A relação das pessoas com o trabalho tem infinitos aspectos, estudados por especialistas das mais variadas áreas. Esta reportagem, dividida em três partes, toca em alguns desses aspectos. A primeira delas tem como principal eixo a questão material, remuneração, produtividade. A segunda foca na centralidade do trabalho, nos desdobramentos psicológicos e identitários dele – e da falta de emprego – no indivíduo. Por último, mostra como se dão algumas disputas nos campos político e judicial sobre a questão, fazendo também um resgate histórico.

Expediente

Trabalho de Conclusão do Curso do estudante Caio Spechoto. Curso de Jornalismo, Centro de comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina. Primeiro semestre de 2015.

Reportagem: Caio Spechoto

Edição: Caio Spechoto

Diagramação: Caio Spechoto

Infografia: Luiz Fernando Menezes

Orientação: Professor Carlos Augusto Locatelli

Impressão: PostMix

Tiragem: 4 exemplares

Julho de 2015



Dinheiro entra e vai embora

Ao longo do tempo o avanço tecnológico facilitou muito o trabalho. O carpinteiro Antônio, fazendo muito menos força, produz o equivalente a incontáveis operários como ele trabalhando sem serras elétricas. Luciane também consegue colher muito mais rabanetes em sua horta para vender, mas isso não significa dinheiro sobrando. É extremamente difícil juntar recursos suficientes para ter alguma segurança do futuro.

A estradinha vicinal de asfalto bom, porém sem acostamento, é em parte esgueirada ao pé de um morro que hoje está coberto de vegetação. Do outro lado da via não tem declive, por ali se estendem áreas bem demarcadas em diversas tonalidades de verde. O tom de verde que cerca Luciane Manes Koch, 43 anos, é dos mais escuros do lugar, são folhas de rabanete. Ela vive da horticultura assim como mais da metade dos cerca de oito mil moradores de Antônio Carlos. A cidade da região

metropolitana de Florianópolis é uma das maiores produtoras desses gêneros em Santa Catarina e muitas das pequenas propriedades onde é cultivado esses vegetais todos ficam em volta da estradinha. Assim como é essa, uma das três pequenas glebas que Luciane cultiva com seu marido e seu sogro.

Boa parte das cerca de 900 famílias que vive da agricultura mora no entorno da horta. Antônio Carlos tem mais de dois terços da população vivendo na zona rural, segundo o senso feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. Por ali, se veem casas de bom tamanho, de arquitetura contemporânea e pintura recente, além de barracões, pequenos e micro tratores, caminhonetes e caminhões pequenos.

A agrônoma Cassiele Bley, do escritório local da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural) é uma das pessoas responsáveis por dar suporte aos produtores. Ela reparou que praticamente todos os horticultores têm, em algum grau, equipamentos para otimizar a produção. A situação deles é uma das

melhores do Brasil. Quem é antigo no trabalho familiar rural dali lembra da época anterior aos tratores, quando, na enxada, montar canteiros em quatro hectares de terra – tamanho de propriedade bastante comum entre as famílias que vivem da horticultura, segundo a agrônoma da Epagri – era empreitada para coisa de uma semana. Com a máquina, mais ou menos em um dia está tudo pronto. Quem é mais antigo também recorda de ainda antes, quando se plantava cana e feijão por ali, inclusive nos morros. As propriedades eram maiores e a produtividade bem menor – assim como a circulação de dinheiro. Por volta dos anos oitenta a região de Florianópolis começou a crescer e demandar mais alimentos, a Ceasa foi construída, o asfalto chegou em estradas rurais dos entornos. Além disso, as propriedades maiores foram se pulverizando em heranças e vendas, deixando as glebas pequenas demais para culturas não intensivas.

Luciane colhe os rabanetes que plantou com o marido e o sogro para vender na Ceasa a trinta reais cada caixa. Quando ela mexe nas folhagens desses tubérculos

dá para ver as ervas daninhas que de longe se confundem com elas. Isso seria temerário para uma horta de alface, por exemplo, mas como as caixarias – nome genérico que dão a raízes e legumes como rabanete, cenoura, berinjela... – são até certo ponto tolerantes com esses matinhos, a família não precisa se preocupar tanto com eles. Por isso, via de regra, o que define o tipo de cultura que cada um produz é a área das propriedades: com folhosos e temperos, o faturamento por hectare aumenta junto com a demanda por trabalho, assim, hortas menores tendem a produzir esses gêneros. Ela comenta que com o aumento de produtividade dos últimos anos também veio mais dinheiro. Apesar disso, completa meio resignada. “Mas a gente gasta mais também, né?...”

Pois é, gasta. A dinâmica capitalista não respeita os limites do perímetro urbano. Assim como na cidade, automação e mecanização fazem com que seja necessário menos, e cada vez menos conforme vai avançando a tecnologia, trabalho (ou “trabalho vivo”, como dizem os economistas) para produzir um item específico. Logo, com um mesmo tempo, é possível produzir muito mais. Dessa forma, para que todos trabalhem dentro da lógica capitalista é preciso que haja uma interminável expansão da produção e de seu consumo, um dos fatores que vai impedindo as pessoas de guardar o dinheiro. Por isso, como bem resumiu Luciane, “a gente gasta mais”.

A explicação do ex-professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Pedro Antônio Vieira, é mais complexa, contando com as nuances que seus anos estudando a economia do trabalho proporcionaram. Recorre a Marx e seu pensamento de que o valor é criado pelo trabalho: “O trabalho passa a ser uma atividade cada vez mais central na sociedade conforme o capitalismo se desenvolve”. Esse sistema econômico tem por fim a acumulação de capital possibilitada pela venda de alguma coisa, que precisa ter algum valor. Mas para Luciane o aumento da produtividade, a maior disponibilidade de rabanetes proporcionada pela menor quantidade de trabalho necessária para cultivar e colher cada um deles, não sig-

nifica aumento de ganhos proporcionais à alta da produção. Seus vizinhos também produzem mais, a maior oferta força os preços para baixo e sua família não tem mão de obra nem terra para plantar indefinidamente mais.

Existem, por outro lado, situações em que essa expansão não tem tantos fatores limitantes. É por isso que entidades patronais como a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) estão sempre reclamando da produtividade brasileira. Segundo o Presidente da Câmara de Relações Trabalhistas da federação, Durval Marcatto Júnior, problemas de infraestrutura, como estradas ruins e energia elétrica cara, falta de trabalhadores qualificados e muitos feriados fazem com que a produção aqui tenha maior custo do que em outros lugares do mundo. Quando um trabalhador assalariado produz mais

Com produção muito maior, é necessário aumento no consumo

ele pode ter os vencimentos aumentados – um ganho que é sempre menor do que o aumento de sua produtividade. Essa diferença normalmente o patrão embolsa ou diminui do preço final da mercadoria para tentar vender mais e aumentar o faturamento pela quantidade.

Marcatto fala pelos patrões com a autoridade de quem está há quinze anos à frente dessa câmara. “Todas as empresas têm uma capacidade [de produção] ociosa”. Quando os negócios vão bem o empresário procura contratar mais funcionários e utilizar mais da capacidade produtiva.

A construção civil, assim como a indústria, também precisa de gente para colocar seus equipamentos para funcionar. Nesse caso a diferença entre haver mecanização ou não é sintetizada na fala do carpinteiro Antônio de Andrade. Em Pitanga, no interior do Paraná, ele já trabalhava em obras, mas de pequeno porte. Aos dezoito anos ele resolveu sair de lá, e hoje trabalha para a empreiteira que está construindo o terceiro bloco do Centro de Educação na Universidade Federal de Santa Catarina. “Aqui faz menos força”.

São serras, grandes betoneiras, elevadores e diversas outras máquinas que dão a um único operário a possibilidade de fazer o trabalho de um número incontável de peões como ele próprio, se atuando sem o auxílio mecânico.

Com toda a economia que a empresa faz em pessoal, alguma coisa também melhora para Antônio. Em Pitanga dificilmente alguém trabalhando na construção civil mais rudimentar típica de pequenas obras – carregando cimento de um lado para o outro, tijolos, com pouca coisa pré-moldada etc – consegue ganhar mais que mil e quatrocentos reais mensais, enquanto, construindo o prédio, “chego a fazer quatro mil em um mês”. Assim ele deu conta, por exemplo, de comprar um carro, que fica no Paraná. Faltam dezoito prestações que, quando pagas e somadas com as outras trinta já quitadas, darão ao todo mais de 50 mil reais, 10 mil só de juros.

Nos últimos anos estava fácil arrumar emprego na área, mas de uns meses para cá tem ficado mais complicado. “Esses dias mandaram embora uns seis.” Antes da desaceleração da economia as empreiteiras não só estavam contratando muito como sempre reajustando os salários. Todo ano havia um aumento, cerca de um ou dois reais a mais por hora trabalhada, mas esse ano não teve.

Os quatro mil reais que em alguns meses Antônio chega a ganhar – num duríssimo regime de trabalho – parecem muito se comparados com o rendimento médio habitual da população das seis maiores regiões metropolitanas brasileiras, que em abril ficou R\$ 2.138,50 segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Porém, sua diferença para o salário mínimo necessário calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) é menor. Segundo o DIEESE, para satisfazer todas as necessidades de quem trabalha o valor (em fevereiro de 2015) deveria ser de R\$ 3.251,61, em vez dos R\$ 788,00 do salário mínimo legal.

A matemática que leva a esse valor é menos complexa do que pode parecer. O DIEESE pega o preço da cesta básica mais cara entre as 19 capitais onde ele mesmo faz o cálculo. Também descobre qual o peso médio da alimentação no orçamento

familiar. Em seguida, monta uma regra de três. Por exemplo: se o gasto médio com alimentação fosse de 25% do orçamento familiar e a cesta básica mais cara custasse 400 reais, o valor mínimo ideal seria de 1.600 reais.

O supervisor técnico do escritório do DIEESE em Florianópolis, José Álvaro Cardoso, justifica a pesquisa. “A constituição desde 1946 fala que o salário mínimo precisa suprir aquelas necessidades, então o DIEESE diz ‘tá bom, quanto é necessário para isso?’”

Mas tem algo que ele faz questão de deixar claro: “a gente divulga essa informação como uma meta a ser alcançada. Não é que a gente pregue que na segunda-feira comece a viger os três mil reais. Não é isso. É um objetivo a se alcançar. É claro que coisa feita abruptamente na economia não dá certo. Teríamos hiperinflação...”. Além disso, acredita que seriam necessárias medidas protecionistas para equilibrar a competição de nossa indústria com a de locais com mão de obra mais barata. A China, por exemplo, se tornou um gigantesco parque industrial porque, quando começou seu desenvolvimento nessa área, tinha uma média de salários baixíssima. Quando houver outro lugar mais vantajoso para que os empresários coloquem as plantas de suas fábricas, a tendência é que haja uma nova migração.

Um perverso artifício para encarar esse tipo de concorrência foi a terceirização. Em Jaraguá do Sul, costureiras de grandes fábricas do setor têxtil-vestuarista foram demitidas aos montes para continuarem trabalhando para os mesmos patrões, mas em casa, sem condições ergonômicas e muito menos alguma garantia. A região foi das primeiras do Brasil a implantar esse tipo de relação de trabalho. A socióloga Melissa Coimbra fez um estudo sobre as trabalhadoras desse setor, incluindo as terceirizadas, durante seu mestrado na UFSC. Esclarece que as terceirizadas trabalham mais e ganham muito menos.

Também conta de uma entrevista que fez com uma dessas costureiras que trabalham em casa, na periferia de Jaraguá do Sul, uma moradia extremamente pobre. “Por exemplo, ela recebe uma blusinha de criança, um moletomzinho, que ela tem que costurar, botar zíper, botão,

fazer o acabamento. ‘Quanto você ganha por peça?’ ‘Essa aqui eu ganho cinquenta centavos a um real.’ ‘Quanto que custa essa peça na loja?’ Ela disse que não tinha nem ideia.” A trabalhadora também não sabe exatamente quantas peças consegue finalizar. Ficava em dúvida se demorava cinco ou seis dias para terminar um lote de 350 peças ou se fazia quase cem por dia, numa jornada que nunca tem hora certa para terminar.

Quanto mais baixo o custo da mão de obra, mais se contrata para produzir. O salário mínimo, tão importante para forçar a renda para cima e garantir pelo menos um piso para o trabalhador, tem esse pequeno efeito colateral. Sempre haverá uma parcela da população para a qual os patrões não estarão dispostos a pagar o mínimo exigido, fenômeno que estudiosos chamam de “desemprego estrutural”. É um dos motivos para o professor do Centro de Educação da UFSC Paulo Tumolo afirmar categoricamente: “As conclusões que eu tenho chegado nos meus estudos é de que o problema do desemprego não se resolve nos marcos do capitalismo.”

Apesar do recente aumento nas taxas de desemprego, que em abril ficou nos 6,4% segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, um ponto percentual acima do mesmo mês no ano passado, esse problema foi menos irreversível para um indivíduo nos últimos anos que em outras épocas. Uma questão de números: no ano de 2013, por exemplo, o desemprego nas principais regiões metropolitanas do país ficou entre 4,3% e 6% segundo o IBGE, que no seu método não discrimina emprego de subemprego. Nos anos de 1990, por exemplo, esse número chegou a passar de 9% em alguns meses, também nas medições do IBGE. Além disso, a rotatividade nos postos de trabalho em 2013 foi de 63,7%, segundo “Os números da rotatividade no Brasil: um olhar sobre os dados da Rais 2002 – 2013”, um estudo do Dieese. Do

mesmo modo, não dá para culpar quem perde o emprego: desses 63,7 pontos percentuais 43,4 foram demissões, não saídas por vontade dos empregados. As pessoas que fazem parte da parcela desempregada da população estão sempre mudando, mas essa parcela segue existindo – assim como o risco de integrá-la pela primeira vez ou voltar a fazer parte dela.

Ana Paula Pizzinato, 34 anos, fez parte desse grupo por cinco meses, enquanto recebia o seguro desemprego. Ela é socióloga por formação, e ocupava uma vaga gerindo projetos socioambientais no SESI de Porto Alegre. A vaga foi extinta e ela se mudou para Florianópolis. Na chegada até encontrou postos de trabalho disponíveis, mas nenhum deles pagava mais do que os 1.300 reais do benefício concedido pelo INSS. Ia fazendo alguns bicos nesse intervalo de tempo. Quando o seguro expirou, depois do quinto mês, diz ela, “tive que me sujeitar.” Apesar de ser mãe solteira de uma menina de 13 anos, sua experiência com o desemprego não foi das mais traumáticas.

Ela imaginava que isso aconteceria, se planejou para minimizar os problemas e conseguiu voltar a trabalhar antes de ficar totalmente sem dinheiro. Mas esse planejamento só foi possível porque seu emprego nos últimos cinco anos

de Porto Alegre tinha uma boa remuneração mensal, 3.500 reais. Se sempre sobra mês no fim do salário ou se a falta de emprego persiste por muito tempo é impossível economizar o suficiente, e aí não tem planejamento que resolva.

Por isso João Ferreira Campos Filho, enquanto estava no Posto de Atendimento ao Trabalhador do Centro de Florianópolis prestava muita atenção ao celular em seu bolso. A qualquer momento poderia receber uma ligação do banco, que está ameaçando leva-lo à Justiça por causa de uma dívida de três mil reais. Moram com ele na casa própria nos arredores do Mor-

O DIEESE diz que o salário mínimo devia ser de R\$ 3.251,61. Mas adverte que isso é uma meta, e não uma decisão tomada de um dia para outro

ro da Caixa a filha, o filho e a nora.

Seu último emprego foi há cerca de cinco anos, num supermercado. Resolveu sair porque, depois de uma troca na gerência, estava tendo problemas com o chefe. Depois, trabalhando como motoboy, sofreu um gravíssimo acidente e ficou quatro anos de muletas, recebendo auxílio doença. Devido a isso, garante ele, ninguém quer contratá-lo. Ele se compadece pela filha, que faz Engenharia Sanitária na UFSC e tem um estágio de uns quinhentos reais por mês que é a única renda fixa da casa. “Tadinha, não tem nem como compra uma roupinha, alguma coisa para ela.”

Não é a primeira vez que fica em débito com o banco. Tempos atrás negociou outra dívida, também por volta de três mil reais. Saiu por 900, pagos em parcelas de 50 ao mês. Quando conseguir quitar a atual pendência, planeja, “não vou comprar nenhuma bala fiada”. Tem 47 anos, e só naquela semana já havia sido rejeitado em quatro vagas diferentes. Segundo ele, devido ao acidente.

João fala de sua situação com desembaraço, mas é bastante comum pessoas que ficam desempregadas por um longo período de tempo não se sentirem bem conversando sobre o assunto. O professor Paulo Tumolo participou de um estudo onde foram entrevistadas 13 pessoas que passaram pelo grupo que o mercado de trabalho, pelo menos temporariamente, não quer. Dez delas choraram durante a entrevista. “O problema”, diz o professor Tumolo, “é que existe um monte de gente que não consegue vender a força de trabalho porque tem mais gente vendendo do que comprando.”

Foto: Marcello Casal/ABR



A centralidade do trabalho, esteja empregado ou não

Não tem qualificação que resolva de uma vez por todas o problema das taxas de desemprego. Não ter serviço, além da parte financeira, é psicologicamente desgastante porque as pessoas tendem a achar que trabalhar é a única maneira de fazer sua parte. Quem está empregado, por outro lado, costuma dizer que é o que faz. Trabalhando sozinho ou em conjunto, o que todo mundo quer é ser o mais humano possível.

A situação de desemprego pode gerar em uma pessoa traumas mais subjetivos e complexos, apesar de não necessariamente mais sérios, do que os estritamente relacionados a dinheiro, como um despejo da casa alugada, nome no SPC ou até mesmo fome. Na pesquisa que o professor do Centro de Educação da UFSC Paulo Tumolo ajudou a fazer, foi recorrente entre os entrevistados a reclamação de uma perda de domínio da própria vida. Se alguém perde o emprego, fica sem ter como pagar aluguel e comida e se vê forçado a morar com um irmão, por exemplo, é imaginável o desgaste psicológico que isso pode representar para todas as partes envolvidas. Também é comum que, independentemente das taxas de desocupação, o desempregado atribua a culpa a si mesmo, a algumas de suas características pessoais e físicas a sua situação.

O discurso de que é necessária qualificação para competir no mercado de trabalho também costuma ter um efeito bastante cruel. É comum a pessoa em situação de desemprego pensar, por lógica, que é uma “desqualificada” e essa é a razão para que ninguém esteja disposto a contratá-la e pagar um salário. Tumolo ironiza: “Supondo que toda a população

brasileira fosse formada na universidade. Tivessem graduação. Ou seja, 100% formada na universidade... ou vamos ainda exagerar, tivesse feito pós graduação. 100% da população brasileira tivesse pós-graduação. O desemprego desapareceria? Mentira, não desapareceria.”

E, mesmo olhando apenas qualificação, isso não é um grande problema para João Ferreira Campos Filho, aquele que está sem um emprego formal há quase cinco anos. Para se virar sem salário, ele faz bicos cortando cabelo dos vizinhos ou, com a ajuda do filho, pois devido ao acidente João não pode pegar muito peso, consertando máquinas de lavar roupa. Além disso, tem ensino médio completo e fala de maneira muito articulada. Mesmo para ocupações onde não precisaria usar a perna para nada, como atendente de telemarketing, é preterido quando conta que ficou quatro anos “na perícia”, como ele diz.

Quase perdeu a perna esquerda no acidente e, sem carteira assinada, não teve assistência alguma de quem utilizava seus serviços de motoboy. “Só me pagou o que eu tinha para receber do trabalho mesmo”. Do lado externo do tornozelo são gritantes as cicatrizes das operações que colocaram e retiraram doze pinos e duas placas de titânio de seu esqueleto e uma mancha arroxeadada e escamosa típica de partes do corpo que incham com frequência. Hoje a perna esquerda é três centímetros menor do que a direita devido a um pedaço de osso apodrecido que os médicos precisa-

ram cortar para salvar o resto da canela. Como ele consegue andar praticamente sem mancar e as dores diminuíram muito apesar de ainda existirem, além de não conseguir emprego também não consegue o parecer médico necessário para uma aposentadoria por invalidez.

Está torcendo para conseguir uma vaga de cozinheiro num barco de pesca em alto mar que vai zarpar em breve. Ele se mudou para Florianópolis em 2001, devido ao desemprego em Guaira, cidade paranaense. Lá era pescador profissional, mas no Paranazão, até os cardumes começarem não ser suficientes para mantê-lo. Pescar em alto mar é muito diferente de pescar

em rios, ou mesmo próximo à costa como, já em Florianópolis, também pescou. Mas João só quer mesmo é sair do desemprego. “Não sei o que vou fazer amanhã. É terrível.”

Além de dinheiro, estar ocupando um posto de trabalho dá o que

Sem trabalho não tem remuneração. Uma possível implicação traumática na vida de um desempregado é depender da família para pagar as contas

alguns estudiosos, como a professora do Departamento de Psicologia da UFSC Edite Krawulski, chamam de “legitimação social”. Ela faz o seguinte apontamento: “Quando os pais perguntam ‘o que vai ser quando crescer?’, essa pergunta aparentemente inocente, que é bastante comum, traz uma mensagem que é ‘olha, você tem um lugar no modelo produtivo vigente, você tem um papel a desempenhar, o que você quer fazer?’”

A “centralidade do trabalho” vigente na sociedade significa que todas as atividades das pessoas acabam sendo colocadas em

torno do trabalho. Isso gera implicações para quem está desempregado, pois nessa condição não há o eixo em torno do qual se costuma organizar a vida. Assim como com alguns aposentados, que não sabem o que fazer com o tempo que agora têm para preencher com o que quiser. Um problema muitas vezes identitário.

O pesquisador jamaicano radicado na Inglaterra Stuart Hall descreveu um fenômeno da pós-modernidade batizado como “fragmentação das identidades”. Segundo observou o estudioso, hoje em dia os indivíduos podem ter diversas identidades diferentes, e uma ou outra pode prevalecer dependendo da situação.

Mesmo com tamanha complexidade em torno das identidades que prevalecem nos indivíduos, em geral não se costuma pensar muito: respondendo a uma pergunta como “o que você é”, é comum dizer “advogado”, “bombeiro”, “pedreiro” ou qualquer que seja a profissão da pessoa. “Hoje o que é que a gente tem? A identidade profissional explicando quem é o sujeito. Porque nós vivemos sob os auspícios a centralidade do trabalho”, explica a professora Edite Krawulski.

Obviamente, existem variantes. Com a liberalização da economia a tendência é que as profissões e os empregos longevos sejam cada vez mais raros. Ana Paula Pizzinato, por exemplo, é formada em sociologia, foi professora, atendente de loja, padaria e farmácia, e gestora de projetos socioambientais. A reposta dela não é fechada. “Sou socióloga e mais um monte de coisas”, diz rindo. Ela não parece se incomodar muito com essa instabilidade, acha interessante mudar de ares com frequência. Seu próximo emprego é novamente com gestão de projetos socioambientais, dessa vez na Chapada Diamantina. Sua filha vai passar um tempo com os avós em Porto Alegre, e ela embarca para a Bahia em breve.

Mas não são necessárias sucessivas mudanças de emprego para complexificar essa questão. Giacomino Lemos, 25 anos, sempre trabalhou com computadores. Começou na adolescência, quando passava horas no Tíbia, um dos primeiros jogos on-line que fez sucesso no Brasil – até hoje, quando tem tempo, ele se diverte com algum game antigo ou dos no-

vos, que roda na máquina que comprou especialmente para isso. Resolveu aprender programação para dar um jeitinho de melhorar seu desempenho no Tíbia. Trabalhou em lojas de computador e hoje é analista de sistemas. No meio do ano que vem deve terminar o curso superior que faz nessa área. “Quando me perguntam eu digo que sou analista de sistemas e luto MMA. Mas ninguém acredita.”

Antes de cumprir sua jornada de seis horas, que começa seis e meia da manhã e termina meio dia e meia, acorda por volta das cinco e trinta e faz sua primeira refeição, que de vez em quando é um bife de 400 gramas. Almoço, janta, lanchinhos, tudo regrado e medido, com altíssimas quantidades de proteína. A absorção delas é otimizada pelos esteroides e anabolizantes que toma – “Todo lutador usa”, se defende. Tem faixa preta no judô, já participou de diversos torneios dessa modalidade, ganhando alguns deles, até fora do Brasil. Anos atrás, assistindo às lutas do Pride – um evento japonês de MMA que em 2007 foi comprado pelo UFC – passou a venerar o pugilista russo Fedor Emelianenko. Por essa época começou a se interessar pela modalidade, e passou a treinar outras artes marciais.

Além do emprego, treina muay thai e jiu-jitsu, e faz musculação. Pensou em cursar educação física, mas a baixa remuneração na área o desanimou. Ganha quase três mil reais no atual emprego, “e nem sou formado”. E tem outro motivo, menos óbvio, para ter preferido seguir a vida de programador: “É a profissão menos desgastante, a mais sedentária possível para eu conseguir conciliar com o treino, entendeu?”

Sua primeira luta foi num evento de vale-tudo em Porto Alegre, onde morou na infância com sua família de judocas que já o havia iniciado nesta arte marcial. Além das lutas dos adultos, havia de crianças também: “Eu tinha cinco anos de idade quando eu lutei a primeira vez, com um guri de doze. O guri me derrubou na

hora e me encheu de porrada na cara. Mas eu lutei só porque eu enchi o saco do meu pai pra me colocar pra lutar. Era pequeno, não sabia ainda... ele me botou com o guri, olhava para o juiz: ‘para?’, daí meu pai: ‘não, pode continuar’... saí com a cara toda cortada, pra aprender.”

Mas essa luta não conta para o currículo, ou “cartel” no jargão do MAA. Sua única atuação nessa modalidade foi ano passado, em na cidade catarinense de Balneário Camboriú. Justiça seja feita, ganhou por nocaute. Sonha em entrar para o UFC, o dinheiro, a fama! E largar a tecnologia da informação, área que considera muito chata. O atual emprego é suportável por que tem jornada de seis horas. Quando, em outra empresa, era analista de sistemas durante oito horas por dia, saia do trabalho “querendo me jogar debaixo de um ônibus. Insuportável.”

Não é fácil, mesmo, fazer o que não gosta. Às vezes o trabalhador se sente degradado por sua atividade e

Devido à centralidade do trabalho, é comum indivíduos usarem a identidade profissional para dizer quem são

isso se torna especialmente ruim devido à quantidade de tempo que se trabalha. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego realizada pelo IBGE em abril deste ano nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil, apenas 17% das pessoas empregadas trabalha menos de 39 horas por semana, 58,8% têm jornada entre 40 e 44 horas semanais e 24,2% dedica mais de 45 das horas que tem na semana a sua atividade profissional.

Antônio de Andrade, 33 anos, já trabalhou 180 horas em meio mês, noventa horas em uma semana ou, fazendo uma divisão simples por sete, quase treze horas por dia incluindo sábados e domingos. É o carpinteiro da obra do prédio da UFSC que de vez em quando tira 4 mil reais em um mês. Ele, e diversos outros trabalhadores, moram em um alojamento de madeira grosseira construído no próprio canteiro. Cada quarto, muito úmido e de janela minúscula, tem dois beliches. “Eles [chefes] falaram que iam trocar os colchões, até agora nada.” Quando a construção termina eles desmontam o alojamen-

to e aproveitam o que for possível para levantar outro na próxima obra. Antônio diz que muito provavelmente a empresa vai transferi-lo para uma outra cidade, onde estão levantando um prédio residencial para venda direta. “Lá eles vão querer que renda bem mais que aqui”, prevê.

Nessas condições fica claro porque alguns pesquisadores dizem que não existe, no sistema capitalista, período de descanso. Haveria, em seu lugar, um tempo de não trabalho em que a pessoa recupera suas energias para ser melhor explorada no dia seguinte. O relógio de ponto fica a poucos metros da cama dos operários, e eles, entre o mínimo e máximo de horas de trabalho que a empreiteira fixa, costumam ficar muito mais perto do máximo.

Antônio fala sobre como a convivência de 24 horas por dia dos obreiros costuma ser tranquila. Só uma vez, nos estágios iniciais da construção, “deu um começo de encrenca”. Ninguém entendeu por que, mas dois trabalhadores meio bêbados saíram no braço e foram rapidamente apartados. Antônio também gosta de tomar umas de vez em quando. Ao lado do alojamento fica um pátio onde comumente os alunos da universidade fazem festas. Ele lembra de quando houve um encontro de estudantes. “Não ia conseguir dormir de qualquer jeito [por causa do barulho], ia lá e carcava também.” Foi trabalhar bêbado três dias seguidos, evitando as vistas do chefe. Também é comum que o pessoal que trabalha ali faça um churrasco ou coisa parecida no alojamento, ou saia junto para se divertir em outros lugares. Antônio diz que não fossem essas saídas ele provavelmente teria juntado mais dinheiro. “Muita putaria”, completa.

Nesses anos, desde que saiu de sua cidade natal, ele já trabalhou em muitos lugares diferentes, e diz que as condições na UFSC são das melhores. Ficar se mudando, conhecer locais novos, o agrada bastante. Tanto que de vez em quando

Antônio já chegou a trabalhar 180 horas em 15 dias. Deve ser transferido para uma obra 100% privada. “Lá vão querer que renda ainda mais”

O tanto que o brasileiro trabalha

Quanto e onde se trabalha nas seis principais regiões metropolitanas do país segundo os números do IBGE

- 17% dos empregados têm jornada menor que 39 horas por semana
- 58,8% dedicam à ocupação entre 40 e 44 horas
- 24,2% trabalham mais de 45 horas
- 16,3% ocupam o mesmo posto de trabalho há um ano menos
- 11% estão no mesmo emprego há entre um e dois anos
- 72,7% não mudam de posto há mais de 2 anos

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE referente a abril de 2015

Média de horas trabalhadas por habitante em 2011

Brasil - 1.841	Espanha - 1.685
Alemanha - 1.406	EUA - 1.704
Noruega - 1.421	Japão - 1.706
Canadá - 1.708	Cingapura - 2.287
França - 1.476	Coréia do Sul - 2.193

Fonte: Federal Reserve Economic Data

pensa em largar a construção e virar caminhoneiro – tirou até habilitação para isso. Às vezes vai para o Paraná ver parentes e amigos, mas não tem esposa nem filhos. “Se a pessoa tiver família é mais complicado ficar em alojamento”, observa.

Muito por causa do dinheiro, mas também muito por causa da família, o marido de Luciane Manes Koch, a horticultora de Antônio Carlos, largou o emprego de técnico mecânico na Weg, com a possibilidade de ser promovido e transferido para São Paulo, enquanto os dois ainda eram noivos. Em seguida se casaram e começaram a trabalhar juntos no roçado da família, vinte e um anos atrás. Na época a produção de alimentos estava se expandindo muito na cidade – eles, inclusive, conseguiram comprar mais dois pedaços de terra para plantar, e cultivam eles próprios os três. Até hoje a família é dos pontos positivos que Luciane

vê na horticultura: “Eu gosto. Sempre estou com meu marido, a gente trabalha junto.” Também, por ser autônoma, tem a vantagem de não precisar ficar dando satisfação para ninguém caso precise pausar o trabalho para levar um dos filhos ao médico, por exemplo.

Quando acorda, às cinco ou cinco e meia da manhã, sabe o que deve ser feito na horta. Isso é decidido sempre na véspera. Arruma os filhos para a escola – dessas funções que a sociedade atribui à mulher e quase sempre a deixa sobrecarregada – e em seguida sai para trabalhar com o marido. Ou vai sozinha às terças e quintas, quando ele precisa entregar a produção na CEASA da Grande Florianópolis. O término da jornada varia. “Às vezes a gente vai até nove da noite lavando batata doce”. Muito provavelmente a próxima geração da família não vai ser de lavradores. A filha mais velha tem dezessete anos e vai prestar vestibular para Ciências Contábeis enquanto o moleque de dez quer ser biólogo. A geração anterior ainda trabalha. O sogro de Luciane tem 81 anos e não

quer parar de jeito nenhum, diz que ficaria doente. Ela parece pensar da mesma maneira. Se perguntada sobre quem vai tocar a roça depois dela, responde com umas palavras praticamente ininteligíveis de tão vagas, e um olhar misto de incerteza com conformidade e provavelmente alguma alegria. Mãe nenhuma quer para os filhos o que acha que “é uma vida muito sacrificada”.

Tanto que sua cunhada, Maria Leci da Silveira Manes, que cultiva temperos em mais ou menos cinco hectares de terra com o marido e dois funcionários, fez tudo para que seus três filhos não quisessem ficar na roça. Além do esforço físico, é muita preocupação. Chuva, seca, adubo, praga, canteiro, venda, preço. Ela própria, que mexe com isso desde a infância até hoje, aos 45 anos, diz ter aprendido a gostar do trabalho, mas que não acha bom.

“Principalmente pra mulher. Quem é que gosta de estar com a unha suja, o cabelo amassado debaixo do chapéu?...” Ela diz isso mesmo tendo, aparentemente, uma das melhores estruturas e condições materiais que a agricultura familiar – formalmente quem tem até dois funcionários é agricultor familiar – pode proporcionar por ali.

Talvez os agricultores da cidade de Antônio Carlos estivessem até melhor financeiramente caso se articulassem em algum tipo de cooperativa para tentar preços mais vantajosos. Luciane diz que é melhor assim, com cada um cuidando de si: “Não sei se ia ter união pra vender com preço igual”. Isso atrapalha bastante o trabalho de Cassiele Bley, agrônoma do escritório local da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina). Sem nada centralizado, se ela precisar, por exemplo, dar uma instrução sobre alguma técnica de cultivo, tem que falar com um por um. Talvez por isso ela ironize: “O pessoal só trabalha junto se for pra fazer alguma coisa pra Igreja. Agora,

com o irmão do lado...” Ela desconfia que isso seja devido a uma preferência de alemães, principais colonizadores da cidade, por trabalharem sozinhos.

Estar mais feliz com o trabalho, segundo a professora de psicologia Edite Krawulski, é uma busca muito antiga do ser humano, mas que ganhou uma discussão mais ampla somente em tempos recentes. Ela cita a teoria hierarquia das necessidades. É como uma pirâmide, que na base tem as necessidades mais imediatas como comer e beber água. À medida que elas vão sendo supridas, outras menos importantes vão ganhando prioridade. Vestir, morar, se divertir, se educar etc.

O professor Paulo Tumolo faz uma distinção interessante. Para ele é diferente produzir a existência como animal ou como humano. Ele comentou isso enquanto falava sobre o desemprego, como é impensável para quem está sem dinheiro ter como preocupação imediata ver um filme ou uma peça de teatro. “Fica mais próximo do animal, que satisfaz as necessidades do estômago, do que do humano”, denuncia, simpático àqueles que se veem nesse drama. Essa vida humana se tornou mais possível, ou pelo menos mais sonhável, depois do gigantesco aumento da capacidade de produção proporcionado pelo sistema capitalista. Roupas, alimentos, máquinas, tudo isso ficou muito mais simples de ser feito e consolidou o suprimento de necessidades mais básicas como produzir comida. Não é mais qualquer seca que causa um desabastecimento, e esse tipo de segurança faz com que seja possível pensar em felicidade.

Krawulski lembra de um mestre que teve: “Meu professor de doutorado dizia ‘olha, uma grande diferença entre nós seres humanos e os outros seres vivos é a consciência da morte.’” Sabendo que mais dia menos dia a morte vem, é possível que uma insatisfação com o trabalho tome grandes proporções.

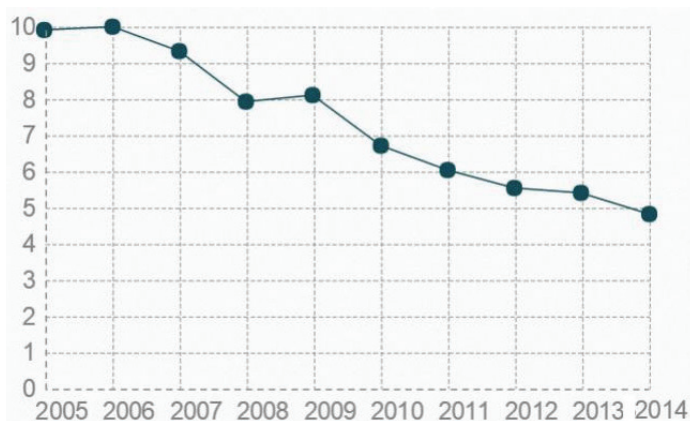
Afinal, isso significa passar insatisfeito pelo menos oito horas por dia durante trinta, trinta e cinco anos, dos melhores que se tem fisicamente. Pelo menos oito horas por dia durante quase metade dos menos de 75 que um brasileiro nascido hoje espera viver.

Mesmo com condições materiais boas, Leci sempre tentou desviar a atenção dos filhos para que optassem por não continuar a viver de agricultura

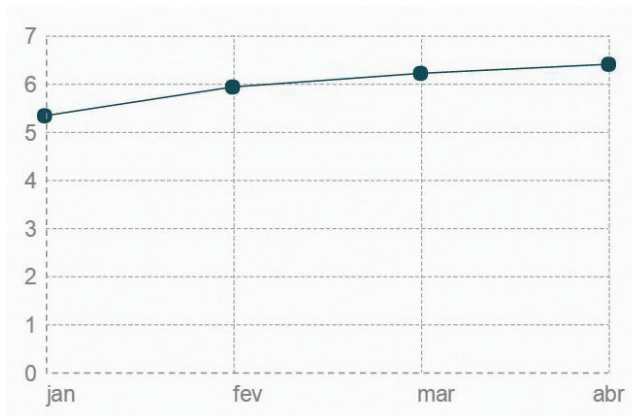
TAXAS DE DESOCUPAÇÃO

Nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil

Nos últimos anos (média)

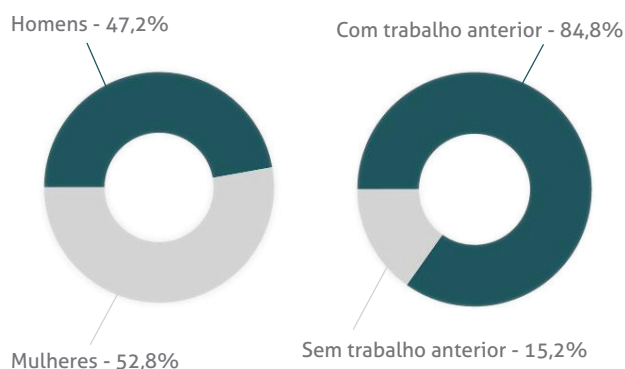


Em 2015

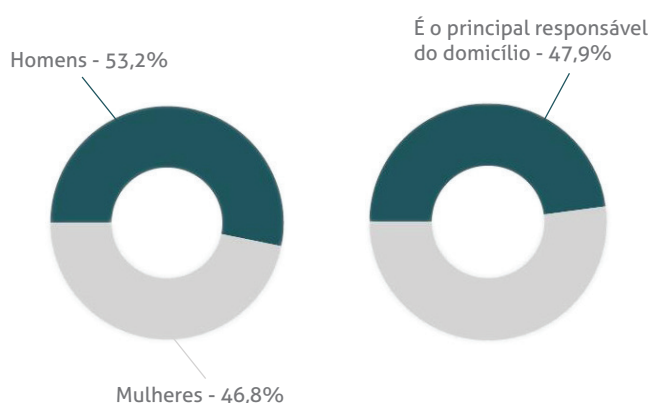


- ➔ 4,3% foi a menor taxa registrada desde o começo dessa série histórica, em 2005. É referente a dezembro de 2014.
- ➔ 4,9% foi a menor taxa registrada para o mês de abril, a ano foi 2014.
- ➔ A maior taxa da série para abril foi em 2005, 10,8%.

Perfil do desempregado:



Perfil da população economicamente ativa:



- ➔ 63,5% tem 11 anos de estudo ou mais
- ➔ 55,4% procura emprego há mais de 31 dias e menos de seis meses
- ➔ 6,4% procura há mais de dois anos
- ➔ 9,8% tem 50 anos ou mais
- ➔ 60,9% tem entre 25 e 49 anos
- ➔ 24% tem 50 anos ou mais
- ➔ 66% tem pelo menos 11 anos de instrução
- ➔ 1,1% estudou menos de um ano

Cabo de guerra ininterrupto

Para quem recebe, boa remuneração significa vida melhor. Para quem paga, maiores custos. Depois de uma época com ganhos salariais e sociais no ocidente, veio outra em movimento contrário. Essas oscilações surgem de ferrenhas disputas políticas. Tem quem queira baixar o preço do trabalho alheio para diminuir o custo de produção. Mas se hoje é possível fazer tão mais menos tempo, para que trabalhar tanto?

O atual sistema econômico é baseado num princípio, a acumulação de capital, que é gerada pelo lucro. Daí a busca incessante por aumento de produtividade, procura por novos mercados, matérias primas, invenção de serviços que possam ser prestados, etc. Sempre tentar bater a concorrência com um custo/benefício maior – pelo menos nas transações feitas dentro das regras. A questão é que para tudo isso se realizar é necessário que o contingente de pessoas que não são donas de empresa participe desse processo, e elas próprias precisam dessa participação para poder sobreviver.

Mas, diferentemente de máquinas, humanos têm o próprio juízo. Os trabalhadores, às vezes inconscientemente, impõem limites à acumulação de capital com sua necessidade por salários melhores, condições de trabalho mais saudáveis e garantias para a vida. Empresários, muitas vezes também inconscientemente e movidos apenas por pragmatismo, precisam diminuir os custos da mão de obra para aumentar seus lucros. Esse é o grande conflito que existiu e existe em absolutamente todas as localidades do ocidente desde a recente entrada do capitalismo na história da humanidade, há uns duzentos e tantos anos.

No Brasil isso anda muito claro com o recente arrocho nas condições de concessão do seguro-desemprego e, principalmente, com a aprovação do PL 4330 pela Câmara Federal. Esse projeto de lei

libera a terceirização da atividade fim das empresas e, caso passe por todas as instâncias, deixaria as relações trabalhistas brasileiras no seu estágio mais flexível desde a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. O ex-professor do Departamento de Economia da UFSC Pedro Antônio Vieira explica por que medidas como essa vêm ganhando força: “O que aconteceu a partir dos anos 70 é essa exigência de flexibilização em todos os sentidos. Não apenas na força de trabalho, mas também na legislação, no financeiro, no comércio internacional. E também, sobre os trabalhadores. Porque é claro que eles impõem limites a essa acumulação de capital. Então faz sentido que os capitalistas digam ‘Não, nós não queremos ficar presos. Contratar você e termos que ficar contigo até o final da tua vida. Nós queremos ter a possibilidade de usar você enquanto nos é útil e depois não. Assim como nós podemos usar madeira enquanto madeira é útil, agora que acaba a madeira e tem o sintético nós queremos o sintético. Não nos obriguem a usar madeira.”

Ele esclarece que o capitalismo vai conseguindo se adaptar à diversas situações políticas pelo menos por um certo tempo. “Pode ser com legislação, pode ser com Estado, pode ser sem Estado, pode ser com democracia, pode ser com ditadura, pode ser com qualquer coisa.” De tempos em tempos acontecem crises fortíssimas e, após essas crises, alguma saída. As

saídas das crises tendem a ser uma hora para um lado, outra para o outro. O atual ataque aos direitos trabalhistas, como disse o professor, ainda é rescaldo dos anos setenta (que no Brasil explodiu forte mesmo na década de oitenta), quando a economia mundial viveu tempos complicados devido, principalmente, ao repentino e gigantesco aumento do preço de sua

principal fonte de energia. Os dois Choques do Petróleo, em 1973 e 1979.

Nas três décadas anteriores parte do mundo tinha visto o que ficou conhecido como “Os anos dourados” do capitalismo. Um aumento de renda e emprego praticamente sem precedentes. A Ditadura Militar, por aqui, gostava de chamar o crescimento do Brasil entre o final dos anos sessenta e começo dos setenta de “Milagre Econômico”, que não veio acompanhado de distribuição de renda e se mostrou uma denominação bastante cínica logo em seguida, na “Década Perdida”, como ficaram conhecidos os anos oitenta.

O começo dessa era de ouro, segundo historiadores como inglês Eric Hobsbawm, vem logo depois da Segunda Guerra Mundial. As inovações bélicas que ajudaram a fazer desse conflito o mais sangrento da história da humanidade também destruíram casas, lojas, fábricas e plantações por diversas partes do mundo, principalmente na Europa. Isso jogou o continente todo numa situação de caos social que fortaleceu a classe trabalhadora e seus sindicatos e, assim, aprofundou e Estado de Bem Estar Social.

Essa formulação política tinha ganhado força depois da Crise de 1929, que marcou o fim do Liberalismo dos anos 1800. Até o Crash da bolsa de Nova York

A crise econômica da década de 70 iniciou um ataque aos direitos trabalhistas que ainda não foi contido

a interferência dos Estados na economia era mínima, mas depois dele as taxas de desemprego aumentaram muito, assim como a inadimplência – por exemplo: nos EUA, segundo

Hobsbawm conta em “A Era dos Extremos”, chegaram a haver 1000 execuções imobiliárias por dia --, desabastecimento de produtos básicos, fome. Com populações tão enfurecidas e que tinham tão pouco a perder, a ordem do sistema capitalista estava em perigo. Contribuiu para aumentar o temor dos capitalistas o fato da União Soviética, que na época se in-

dustrializava em velocidade assombrosa, ter sido aparentemente o único lugar do mundo não afetado pela crise. A expansão do Bem Estar Social, que era do gosto de grande parte dos trabalhadores e manteria a propriedade privada intacta, ia andando. Foi interrompida apenas pela Segunda Guerra Mundial.

A Guerra inclusive foi em grande parte causada pelo nazi-fascismo, outra das formulações políticas que ascenderam no caos social após a crise de 29. A Alemanha, por exemplo, estava devastada pela Primeira Guerra e o Tratado de Versalhes – que obrigava os alemães a pagarem quantias irrealistas para os vencedores como reparação dos danos do conflito – e depois 1929 a situação ficou insustentável. Quando Hitler chegou ao poder, o Partido Comunista Alemão era o único que rivalizava com o seu Nacional Socialista (Nazista). Evidentemente, o ditador eliminou esses inimigos políticos o mais rápido possível, mandando muitos deles para os campos de concentração e extermínio construídos na época.

Os nazi-fascistas repudiavam a esquer-

da com a mesma intensidade com que repudiavam o liberalismo, mas mesmo eles davam algumas garantias e vantagens aos trabalhadores – os nazistas falavam em férias e prática esportiva, enquanto na Itália foi instituída a Carta del Lavoro, que inclusive inspirou nossa CLT. Hobsbawm, ainda na “Era dos Extremos”, afirma que a Alemanha de Hitler, surpreendentemente, foi a primeira das potências industriais a superar aquela crise econômica. Mas o Bem Estar Social tomou conta também dos campos políticos italiano e alemão depois do fim da Segunda Guerra e queda de seus líderes fascistas. Também em várias outras partes do mundo férias, seguro desemprego, maior estabilidade, aposentadoria e diversos outros benefícios foram instituídos. Mesmo nos Estados Unidos, um país tradicionalmente liberal até hoje, trabalhadores conseguiam ter carreiras estáveis.

A legislação trabalhista brasileira, especificamente, nem esperou a guerra terminar. Foi oficializada em 1943, durante o Estado Novo. Apesar de comandar, na época, uma ditadura, Getúlio Vargas era

querido por uma parcela considerável da classe trabalhadora brasileira e tinha nela boa base de apoio. Desde o começo do século XX que movimentos de diversas matizes ideológicas cobravam melhores condições de trabalho.

Foi nos anos 1990 que essa Consolidação começou a ser alvo de críticas com mais frequência, quando o Brasil (junto com diversos outros países, como a Argentina) aderiu ao Consenso de Washington – um receituário para países periféricos superarem a crise dos anos 80 elaborado por economistas liberais estadunidenses que, entre outros nove tópicos, previa a desregulamentação das relações trabalhistas. Por aqui esse processo ficou conhecido por “reestruturação produtiva”. Nessa época as terceirizações viraram uma febre entre os empresários, inclusive terceirizações da atividade fim das empresas – que talvez agora sejam liberadas, mas na época eram ilegais. Naqueles anos a Procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina, Ângela Pincelli, estava começando sua carreira dentro do MPT, onde entrou em 1993. Chegou em



Segunda Guerra: homens europeus estavam no front e as fábricas tinham que funcionar. As mulheres foram trabalhar fora de casa

Santa Catarina em 1997.

Além de irregularidades com terceirizações, ela já viu de tudo em termos de relações trabalhistas problemáticas envolvendo partes das mais diversas dimensões. “Uns anos atrás tinham as cooperativas de trabalho. O cooperativismo surgiu como uma proposta muito bacana, um grupo de trabalhadores que se associam. Eles teriam, teoricamente, autonomia sobre a produção, e o resultado dessa produção seria repartido entre eles. Só que

na prática, com o nome de cooperativa, o que é que vinha? Dois ou três que criavam a cooperativa e contratavam todos aqueles trabalhadores como se cooperativados fossem, mas na verdade era uma relação de

trabalho como se fosse um emprego sem as garantias, todas as proteções do vínculo empregatício. Contratação inclusive por Municípios. Cooperativa para trabalhar na coleta do lixo. Cooperativa para construir uma pavimentação de rua...”

Mesmo tendo havido muitos avanços desde a CLT, abusos continuam acontecendo, conta a procuradora. Um dos motivos dela ter escolhido essa área é que o Direito das relações de trabalho vai sempre se modificando muito

Durante os anos 1990 terceirizar virou febre no Brasil, e muitos tentaram fazer isso mesmo na ilegalidade

de acordo com os momentos econômicos e políticos. Da mesma forma, se modificam maneiras de super explorar trabalhadores. Ela dá os regimes de metas aos quais estão submetidos bancários e vendedores de

Foto: Reprodução de “Tempos Modernos” (1936)



grandes lojas como exemplo: “O perfil de exploração foi mudando. Se antes ele era uma coisa mais objetiva como jornada de trabalho, exploração de trabalho de menor de quatorze anos, de criança... hoje ela está mais sofisticada.”

As instalações do Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina num bonito prédio na avenida Beira Mar, uma área ainda mais valorizada que quase todo o resto da caríssima Florianópolis, não sugerem uma falta de estrutura para a instituição, mas segundo Pincelli as coisas não são tão fáceis. Eles não contam, por exemplo, com um analista contábil para verificar números apresentados em processos, e médico para perícias, segundo ela, é apenas um para o estado todo. “E os inimigos do MPT são muito fortes. Os grandes inimigos que fazem lobby, que vão até o Supremo Tribunal Federal. Eles contratam grandes advogados em Brasília.

Eles fazem tudo. Eles são muito bem preparados.”

Ainda cita um exemplo mais concreto: “A questão do amianto [material que causa sérios danos aos pulmões]...você não imagina o que é o Ministério Público do Trabalho lidar com a Eternit. Você pode imaginar o que é isso, né? E a gente aqui vai ter ação civil pública ajuizada e não tem perito.”

Como presidente da Câmara de Relações Trabalhistas da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Durval Marcatto Júnior costuma estar do outro lado da mesa. Ele lembra de uma disputa dessas. Conta que a base de cálculo da insalubridade foi, historicamente, o salário mínimo. “De repente uma sentença, não me lembro de qual tribunal, disse que não era mais o salário mínimo e sim o salário percebido pelo funcionário. Isso gera um passivo que a empresa... inviabiliza, para não dizer quebra.” A questão se encarniçou na justiça. “Aí houve uma mobilização toda. Foi ao Supremo Tribunal Federal. Ações e tal. E conseguiu reverter essa situação.”

Marcatto chama isso de “insegurança jurídica”, mudanças nas regras do jogo que dificultam o planejamento dentro das empresas. Outra pessoa que tem opiniões bastante parecidas é Célio Spagnolli, presidente da Câmara Empresarial de Relações Trabalhistas não da FIESC, mas da Fecomercio/SC. Ele esclarece que essa insegurança não vem necessariamente da atuação do Ministério Público do Trabalho, mas de uma falta de clareza na legislação, que abre possibilidade para uma série de interpretações diferentes. Para exemplificar o que estava falando, ele próprio tocou na questão das terceirizações: “Se contrata um serviço terceirizado e fica a interpretação do fiscal do Ministério do Trabalho o entendimento de se é possível aquela atividade ou não em função da atividade fim da empresa”

A nova lei das terceirizações vai acabar com essa suposta ambiguidade. Para levar à frente essas pautas, é necessário ter in-

terlocução com o poder Legislativo e entrar na disputa. A forma de fazer pressão dos trabalhadores em geral é mais barulhenta, com atos e greves. Com os patrões a coisa vai de maneira diferente. Além de documentos e posições tomadas por CNI e outras confederações nacionais, há jeitos mais discretos, como o financiamento de campanha. Um bom exemplo é o Grupo JBS, um dos maiores processadores de carne do mundo, e seus investidores, que doaram 61,2 milhões de reais para 162 deputados eleitos de 21 partidos diferentes. A Bancada do Bife, como ficou conhecida, deve uma para esses empresários.

Olhando pela perspectiva da tendência global de flexibilização, a legislação do Brasil não está mesmo em sintonia com outras no mundo. Marcatto Júnior, da FIESC, comenta que “Lá em 1943, quando ela foi elaborada, era uma realidade totalmente diferente do que é hoje. O Brasil era um país muito mais rural e menos urbano do que é hoje, só isso já trás necessidades de adaptação enormes.” Ele também cita como exemplo a questão do horário de almoço, que foi concebida numa época em que os trabalhadores voltavam para

suas casas para comer, quando hoje é comum que haja refeitórios nas empresas.

Outra disputa forte nas relações trabalhistas atualmente é o tempo da jornada de trabalho. As oito horas diárias foram oficializadas, no Brasil, pela CLT. Contabilizavam no total 48 por semana. Depois, na constituinte de 1988, baixou para 44. Nos últimos dois anos as centrais sindicais começaram a fazer pressão para que uma nova redução, sem diminuição de salário, fosse feita. Dessa vez para 40 horas semanais. O dia de trabalho de oito horas era a principal reivindicação de militantes socialistas na Europa desde 1889, segundo o historiador inglês Eric Hobsbawm, e foi ser atendida no caos do pós Primeira Guerra.

Quase cem anos depois, no Brasil, o supervisor técnico do escritório do DIEESE em Florianópolis, José Álvaro Cardoso,

Ações se arrastam na justiça por anos, e o melhor advogado leva



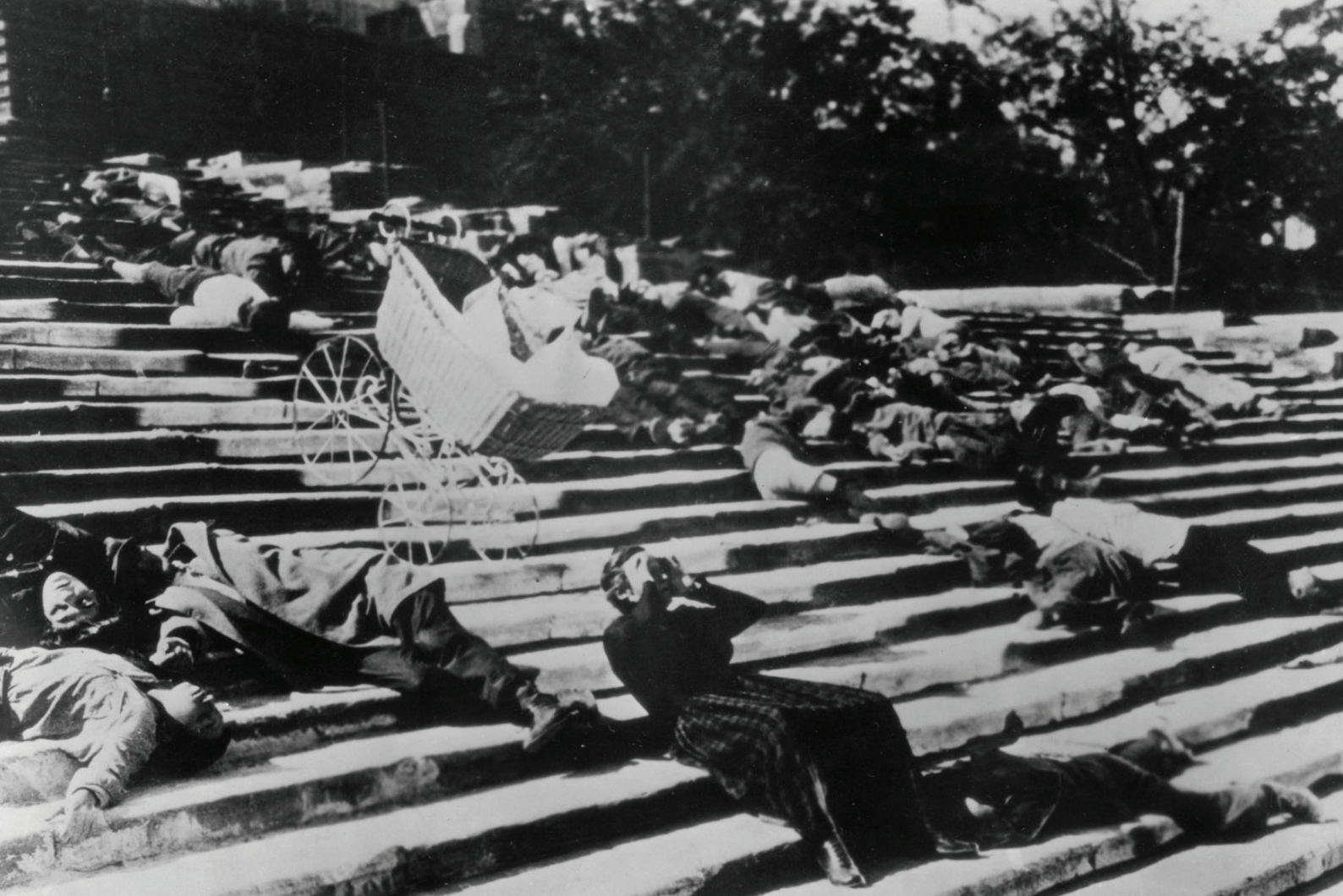


Foto: Reprodução de "O encouraçado Potemkin(1925)

ainda precisa defender a ideia: "Se a gente pegar de 88 pra cá, houve muito aumento de produtividade. A redução da jornada é uma forma de repassar o ganho de produtividade para o trabalhador. Tem outras formas de fazer isso, pode aumentar o salário dele e tal, mas a forma mais adequada do ponto de vista do trabalhador talvez seja a redução da jornada." A concorrência com outros países, segundo o próprio Cardoso, "é um pepino".

Com a facilidade que se tem atualmente em transportar mercadorias de um canto para outro, o capital produtivo tende sempre a procurar locais com mão de obra com a qualificação necessária e, principalmente, mais barata. Por isso diversos países asiáticos têm tido produção industrial tão alta ultimamente. Na Coréia do Sul, por exemplo, a média de horas trabalhadas por ano foi de 2 193 em 2011. No Brasil, apesar de menos que na Ásia, ainda assim se trabalha muito: 1 841 horas cada trabalhador. Para efeito de comparação, noruegueses, franceses e alemães trabalhavam menos de 1500 horas anuais. São números do Federal Reserve Economic

Data (dos EUA).

Em vista disso, José Álvaro Cardoso defende que sejam tomadas medidas protecionistas para, focando a economia nacional no mercado interno, evitar a concorrência fortíssima que esses locais representam. Os empresários, porém, preferem a abertura, como diz Marcatto Júnior: "As oportunidades maiores são dos países que se inserem na economia mundial, que estão abertos para as trocas comerciais." Preferem que o Brasil entre no jogo. "A questão do endereço, onde é a produção, ela vai buscar o local que seja mais amigável a ela. As facilidades de produção, infraestrutura, carga tributária, legislação trabalhista."

O ex-professor da UFSC Pedro Antônio Vieira também acredita que não é viável o Brasil diminuir a jornada de trabalho. Que isso só seria possível se todos os países fizessem ao mesmo tempo, já que acabaria com o problema da concorrência. Porém, ele é um crítico da sociedade centrada no trabalho. Projeta uma sociedade de tempo livre, possibilitada pelo espantoso ganho de produtividade que a

humanidade atingiu, e que vem aumentando, nos últimos duzentos anos. "Então significa que é possível hoje produzir essas coisas aqui [aponta uma caneta] praticamente com uma quantidade mínima de trabalho. Só que toda a sociedade, política, os valores, tudo isso, está sustentado na ideia de que as pessoas precisam trabalhar. Mas pra quê trabalhar?"

O pensamento é que, se um trabalhador produz mais durante um mesmo intervalo de tempo, ele pode também produzir a mesma coisa em outro menor. No tempo excedente pode ficar com a família, amigos, namorar, estudar, praticar um esporte ou atividade artística. O que achar melhor "A automatização permite esse tipo de saída. E ao permitir, digamos assim, ela nega a lógica capitalista de que as pessoas precisam trabalhar todo o tempo. Então, o que faz com a automatização não possa ser colocada em prática com todas as suas consequências, é a própria lógica capitalista." Por fim, completa: "É claro que isso é possível fazer isso. Só que quando você decidiu fazer isso, você adotou uma outra lógica." ■